

AS UNIVERSIDADES E A EDUCAÇÃO FISCAL

Prof. Dr. Marcílio Hubner de Miranda Neto
Universidade Estadual de Maringá
hubner@wnet.com.br

Ao abrirmos o Site da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH) nos deparamos, em primeiro plano, com a afirmação: “LA EDUCACION ES LA PRIMERA NECESSIDAD DE LA REPÚBLICA”. Esta afirmação ganha um significado especial por ser uma diretriz adotada pela única Universidade Pública de um país com mais de sete milhões de habitantes. Um país que, à semelhança de muitos outros países da América Latina, dentre eles o Brasil, possui um grande número de analfabetos. Portanto, um país de desigualdades que não podem ser diminuídas sem melhorar a educação pública.

Se considerarmos que em Honduras apenas 3% da população chega ao Ensino Superior; que o tempo médio de permanência do cidadão no sistema de ensino é de apenas cinco anos; que cerca de 32% da população é analfabeta funcional (no Brasil 60% das crianças que concluem a quarta série não sabem ler e 16 milhões de jovens com mais de 15 anos não são alfabetizados), poderemos então inferir que os professores da UNAH devem empenhar-se para que os cerca de 40.000 alunos, matriculados nos seus diversos cursos, recebam uma formação que os prepare para ser mais do que meros graduados em uma área de conhecimento, ou seja, profissionais cidadãos com competência técnica e política.

A formação de profissionais cidadãos passa necessariamente por uma revisão do binômio ensino/aprendizagem que se processa na maioria das universidades da América Latina e talvez do mundo. Um dos primeiros passos é retirar os alunos da condição de receptores passivos do conhecimento e encará-los como sujeitos sociais que possuem uma prática social prévia construída em seu intercâmbio com as diversas pessoas e instituições. À partir desta prática social inicial caberá a universidade colaborar para que seus estudantes ganhem conhecimentos que fundamentem a sua futura prática profissional e social, com os conhecimentos produzidos pela Ciência e com valores éticos e morais. Talvez assim tenhamos no futuro um grande contingente de profissionais, com nível universitário que se preocupam e agem na implantação e desenvolvimento de políticas públicas visando à superação das desigualdades sociais. Para que isto aconteça ensino, pesquisa e extensão devem constituir-se num todo orgânico articulado.

O ensino deve abandonar o caráter meramente bancário e deve ter um componente prático que aconteça por meio de ações extensionistas desenvolvidas nas e com as comunidades. Esses contatos com a comunidade, além de cumprir com a função do intercâmbio entre os saberes populares e os conhecimentos sistematizados, motivarão novas pesquisas, tanto básicas quanto aplicadas. As pesquisas devem ser sistematicamente direcionadas aos estudos dos grandes problemas que afligem a nação, e poderão inclusive fazer uso de metodologias que propiciem a participação das populações na condição de sujeitos, e não de meros espectadores. Nesta perspectiva deve-se ter um novo conceito de sala de aula e de ambiente de pesquisa, que compreenda todos os espaços dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigências da própria prática.

É fundamental ter sempre em mente que a Universidade Pública deve atender as necessidades do país no tocante ao desenvolvimento econômico, social, cultural e

político, constituindo-se em espaço privilegiado para a produção, acumulação e socialização de conhecimentos e a formação de profissionais cidadãos. Neste sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras propõe a participação das Universidades nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências.

Em Honduras verifica-se um momento privilegiado para atuação da UNAH na implantação de um importante projeto de políticas públicas: A Educação Fiscal. Porque um momento privilegiado? Porque o governo hondurenho colocou como prioridades máximas a saúde e a educação e a UNAH está comprometida com a apresentação de uma nova proposta de diretrizes e regulamentação para os cursos da universidade até maio de 2008. A universidade está, inclusive, empenhada em formar uma equipe capaz de encontrar soluções para os problemas de qualidade e pertinência dos cursos ministrados, como também para desenhar novos cursos, ou seja, de adotar uma política pública para a formação de profissionais de nível superior.

O mesmo governo que ora estimula essa nova postura para a universidade pública, simultaneamente implanta no país uma política fiscal associada à um processo de Educação Fiscal. Assim a hora é propícia para construir em Honduras diretrizes e regulamentação para os cursos universitários que assegurem a formação de profissionais capazes de construir conhecimentos, tendo como horizonte um projeto político de sociedade. Assegurar as temáticas da Educação Fiscal para a cidadania como componente das atividades de ensino, pesquisa e extensão de todos os cursos de graduação poderá ser o grande diferencial educacional na formação de um novo cidadão, consciente, sensível e responsável, que pense de maneira global e aja localmente, capaz de intervir e modificar a realidade social excludente a partir da sua comunidade, tornando-se assim sujeito de sua própria história.

Vale destacar o conceito de Educação Fiscal: “uma nova prática educacional que tem como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e o estado. Fundamenta-se na conscientização da sociedade sobre a estrutura e o funcionamento da administração pública; a função socioeconômica dos tributos; a aplicação dos recursos públicos; as estratégias e os meios para o exercício do controle democrático.”

Porque tal temática deveria ocupar espaços de ensino, pesquisa, extensão e administração nas universidades? Por vários motivos:

- Porque muitos alunos e servidores das universidades públicas (professores e técnicos) possuem uma visão simplista da origem dos recursos que mantêm as universidades, ou seja, encaram como sendo recursos do governo e esquecem que o governo os obtém por empréstimo de outros países ou por meio dos impostos que arrecada. Em qualquer uma das duas situações quem paga a conta é o povo. Portanto a universidade é pública, porém não é gratuita como costuma se apregoar. Toda a população paga impostos que estão embutidos nos preços dos produtos que consome, ou seja, todos pagam pelos serviços públicos. E se todos pagam pelos serviços públicos de Honduras, mas somente 40.000 alunos frequentam a universidade pública, essa minoria tem uma dívida para com a população e deverá pensar e levar a termo meios de resgatá-la;

- porque nas universidades públicas também acontecem numerosos desperdícios; descaso com a qualidade do trabalho realizado; falta de espírito cooperativo; críticas vazias sem apresentar projetos com possíveis soluções, entre outros problemas comuns ao serviço público;

- porque a maioria dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelas universidades não atende a demandas da nação, e sim a demandas do ego do pesquisador que prioriza pesquisas básicas ou aplicadas que, uma vez versadas para línguas estrangeiras e publicadas em outros países, lhe darão projeção internacional, enquanto a população do país que pagou a conta da pesquisa e custeia o salário do pesquisador fica excluída do conhecimento produzido;

- porque os profissionais formados pelas universidades, para serem profissionais cidadãos, deverão ter plena consciência da importância social dos tributos e correta aplicação dos recursos públicos, e deverão colaborar com o poder público e com os membros da comunidade em que estiverem inseridos na realização do controle social.

Muitos motivos ainda poderiam ser levantados, mas é preferível ser prático e refletir sobre como as universidades podem colaborar com a Educação Fiscal. Isto pode ser feito de muitas formas, entre elas:

- Incluir nas propostas curriculares de todos os cursos a Educação Fiscal e a formação de profissional capacitado para exercer a cidadania fiscal;

- Ofertar cursos de capacitação em Educação Fiscal para técnicos e docentes;

- Ofertar cursos de extensão e realizar eventos envolvendo os princípios da Educação Fiscal para os egressos das universidades e para a comunidade em geral;

- Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à Educação Fiscal em parceria com as escolas do ensino básico, ONGS, clubes de serviço e Receita;

- Aplicar os princípios da Educação Fiscal na administração e na prestação de contas da universidade;

- Atuar em projetos de acompanhamento do orçamento público.

Entre as barreiras a serem vencidas para a atuação das universidades está a visão reducionista e disciplinar, que num primeiro momento, pode levar o direcionamento das ações às Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Contabilidade, Administração, Economia entre outros) que, com certeza, possuem uma relação direta com a temática, pois já é parte da formação de seus professores e alunos temas como: contabilidade pública; direito tributário; orçamento público entre outros. Mas se a Educação Fiscal deve alcançar todo cidadão, então, no ensino superior deve alcançar todos os professores e alunos, das diversas áreas do conhecimento, por meio de um equacionamento entre educação, cidadania e democracia.

Num momento em que a UNAH se propõe, entre outras coisas, a pensar seu papel na saúde pública é conveniente que se pensem também as relações entre Educação Fiscal e melhoria da saúde pública. Isso mesmo! Médicos, enfermeiros, odontólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, entre outros, precisam compreender que a formação profissional em uma universidade pública é custeada com os tributos que todos pagam; que os recursos financeiros para manutenção da estrutura de atendimento à saúde feito pelo governo também provem dos tributos. E que, portanto, atender bem a população em instituições públicas não se constitui em ato de bondade para um grupo de carentes, ao contrário, a população, mesmo a mais carente, paga pelo serviço, que se espera seja de qualidade e não excludente.

Tomando como exemplo os cursos de formação de professores para a área biológica veremos que eles também devem ressignificar os conteúdos aliando biologia, saúde e cidadania. Ao se falar, por exemplo, de organelas celulares como a mitocôndria, é possível discutir que esta organela é a responsável pela produção de

energia para as células, mas para isso acontecer será necessário que chegue até ela a glicose originada dos alimentos e o oxigênio absorvido do ar. Sem esses componentes a respiração celular não acontece e a energia para as atividades físicas e mentais não é produzida. A escassez de alimentos, ou hábitos alimentares distorcidos, podem comprometer a respiração celular, seja pela falta de carboidratos, seja pela baixa ingestão de proteínas fundamentais para a renovação das células sanguíneas que transportam o oxigênio dos pulmões para os tecidos.

Nas classes sociais em que o dinheiro para aquisição de alimento não se constitui problema o excesso de ingestão de alimentos ricos em amido, em detrimento daqueles que contêm vitaminas, minerais e proteínas, está geralmente vinculado a maus hábitos alimentares. Entre os mais pobres a tendência a ingerir muito carboidrato é, em princípio, uma decorrência da questão financeira, pois os alimentos ricos em amido são geralmente mais baratos e mais fáceis de ser obtidos que aqueles ricos em proteína. Concorrem, portanto para uma alimentação distorcida: questões culturais; questões ambientais (seca prolongada); questões políticas (falta de uma política adequada de distribuição de alimentos); questões econômicas e sociais (concentração de renda, baixos salários e desemprego); questões éticas e morais (desvios do dinheiro público, roubo da merenda escolar). Portanto, o estudo de cada sistema do corpo humano pode levar a compreensão de sua integração com os outros sistemas do organismo, com as questões sociais e ambientais e com o cosmo, facilitando e enriquecendo a compreensão das relações Homem-Natureza e Homem-Homem.

Dessa forma fica explícito que saúde é um problema de natureza social, que depende de acesso à alimentação, vestuário, moradia e lazer. Isto evidencia que a saúde está fortemente vinculada ao nível de vida da população.

No Brasil os estudantes de todos os níveis são estimulados a questionar a política de saúde que atua de maneira precária nos aspectos curativos e também não realiza o investimento necessário no aspecto preventivo do atendimento a população, apesar de a população brasileira pagar uma elevada taxa de impostos que está embutida no preço dos serviços e nos produtos que consome no dia a dia, além da contribuição que os trabalhadores e empresas destinam a Previdência Social. Cabe informar que, dentre as funções sociais dos tributos destacadas pela Constituição Brasileira, está a oferta de serviços públicos de qualidade para toda a população, entretanto, o roubo, o desvio e a má utilização do dinheiro público comprometem seriamente os serviços públicos. Portanto a melhora das condições de saúde passa também pela conscientização de todo cidadão quanto à necessidade de acompanhar o orçamento público e cobrar a prestação de contas dos administradores públicos.

Ao questionar as soluções para elevar o nível de saúde da população, é preciso ter clareza que não adianta apenas investir em hospitais, equipamentos, qualificação dos profissionais da saúde e na indústria farmacêutica. Somente teremos o aprimoramento do nível de saúde da população quando houver vontade política para uma distribuição de renda mais justa.

É fundamental que os alunos do ensino básico e universitário se dêem conta de que o conhecimento não é neutro e que o desenvolvimento técnico e científico atende, sobretudo, aos interesses das classes dominantes. É fundamental analisar as causas e conseqüências dos avanços da ciência e não simplesmente apresentar o conteúdo nas diferentes disciplinas. É Indispensável que alunos e professores questionem o conhecimento científico, refletindo se sua aplicação é prudente e se irá melhorar a vida da coletividade, ou se irá beneficiar apenas uma minoria de pessoas, enquanto grande parte da sociedade e da natureza é explorada ou prejudicada. Uma boa maneira de se

questionar um conhecimento pode ser buscando a resposta para as seguintes perguntas: Quem produziu? A quem serve? Quem se beneficia? Quem é prejudicado?

Desta forma deixaremos de tratar os alunos e toda a sociedade como consumidores de conhecimento e de idéias e estimularemos o desenvolvimento de suas capacidades crítica e reflexiva. Neste processo a interdisciplinaridade mostra-se eficaz ao proporcionar a convivência de diferentes saberes humanos, fortalecer o espírito de grupo, valorizar o “nosso” em detrimento do “meu” abrandando o egoísmo, a vaidade e o orgulho. A integração rompe com as defesas de território típicas do ensino fragmentado; substitui a visão estreita por um horizonte amplo, proporcionando uma visão panorâmica do mundo, na qual a disciplina isolada é desprovida de significado.

A visão disciplinar resultante da concepção mecanicista iniciada por Galileu e Descartes, fortalecida por Laplace e Newton, estimulou, especialmente nas sociedades ocidentais, a ênfase no pensamento racional e na metodologia científica como única forma de conhecer a natureza de todas as coisas. Frente a novas necessidades históricas e sociais, vários pesquisadores das ciências e das tradições humanas, contrapõem-se a este tipo de visão, dentre eles, Albert Einstein que crítica a visão fragmentada da sociedade capitalista do século XX da seguinte Maneira:

O homem vivencia a si mesmo e seus pensamentos como algo separado do universo – numa espécie de ilusão de ótica de sua própria consciência. Essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é de nos livrarmos dessa prisão, ampliando nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar plenamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa libertação e o alicerce de nossa segurança interior. (Albert Einstein apud Guimarães, 2004).

A evolução científica, em especial no campo da neurologia, da neuropsicologia e da psicologia cognitiva vem demonstrando que o componente afetivo tem um papel fundamental no processo de aprendizagem, e que a combinação do pensamento racional e do pensamento intuitivo promove a excelência no ensino. Por outro lado, se queremos que o aprendizado ajude na construção de uma sociedade mais justa e mais ética, devemos dar aos conteúdos um significado social que desperte a afetividade dos alunos e acione a sua capacidade de se emocionar, alterando a produção de neurotransmissores envolvidos nos circuitos neurais da aprendizagem, pois, desta forma processam-se aprendizagens significativas. Neste sentido novamente nos reportamos a Albert Einstein “Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque ele se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto”.

São muitas as contribuições que as universidades podem oferecer para a Educação Fiscal e, por outro lado, a Educação Fiscal também pode revelar novos horizontes para os universitários. Contudo, cabe salientar que o sucesso da Educação Fiscal nas universidades está diretamente vinculado a políticas públicas e de governo que fomentem as ações, garantindo os recursos necessários à promoção de eventos de sensibilização, aquisição de materiais de consumo e equipamentos para os projetos de extensão e pesquisa. Também é fundamental destinar recursos para concessão de bolsas de iniciação científica e de extensão para os acadêmicos. As ações extensionistas devem ter o seu valor reconhecido para a carreira e currículo dos

docentes, pois mergulhar os alunos em projetos de políticas públicas e de extensão é mergulhá-los na realidade nacional, isto possibilita que a universidade seja avaliada na ponta, isto é controle social.

No Estado do Paraná-Brasil, os recursos destinados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foram fundamentais para que em todas as Universidades Públicas Estaduais fossem implantadas ações de Educação Fiscal. Os recursos destinados pela Secretaria de Estado da Educação fomentam a participação dos professores do Ensino Básico, enquanto os recursos destinados pela Secretaria de Fazenda fomentam a participação dos servidores da Receita Estadual. Por outro lado, ONGS e Clubes de Serviços em parceria com a Receita Federal colaboram para o envolvimento da sociedade. Cabe destacar que as ações se entrelaçam e envolvem todos os segmentos, ou seja, todos os módulos são abordados de forma integrada com intercâmbio entre os diversos segmentos sociais e órgãos que promovem a Educação Fiscal no Paraná.

Esperamos que nossa experiência, embora pequena, possa contribuir para implantar em Honduras um trabalho cujo principal fruto seja o bem coletivo.